



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Relatório INSP-2020-0182

BI-2020-0090

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 27/10/2020

Hora: 14:35

Tipo: Ação Direta

Motivo da inspeção: Seguimento

Inspetor responsável: António MR. Moutinho

Outros inspetores da IRA: Luís MAS. Machado

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto.

No local foi contactada telefonicamente a Eng. Carla Reis, funcionária da empresa na Terceira.

Foi realizada uma ação inspetiva em 2018-05-09, da qual resultou o relatório INSP-2018-0048.

Foi remetida notificação para regularização de infrações com a referência SAI-2018-0421, de 2018-09-03.

Foi realizada uma visita às instalações, para verificar o ponto de situação da regularização das infrações detetadas e notificadas.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Azormed - Gestão Ambiental Açoreana, Lda.

NIPC/NIF: 512081042

Sede/morada: Grota do Vale, nº 50 - Armazém nº 5

Código Postal: 9700-447

Freguesia: Ribeirinha

Concelho: Angra do Heroísmo

Ilha: Terceira

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Azormed - Gestão Ambiental Açoreana, Lda. - Ilha de São Jorge

Endereço: Travessa dos Franciscanos

Código Postal: 9800-521

Freguesia: Velas

Concelho: Velas

Ilha: São Jorge

Atividade principal: 38220 - Tratamento e eliminação de resíduos perigosos

Outras atividades:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Período de funcionamento: ----

Licenciamento da atividade: Alvará de Licença nº 2/DRA/2017



Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Situação observada

2.1 – Antecedentes

A entidade foi notificada em 2018-09-03 (SAI-2018-0421), para proceder à regularização das infrações detetadas na inspeção realizada em 2018-05-09 e descritas no Relatório INSP-2018-0048.

Infrações:

1. Incorreto preenchimento das guias de transporte rodoviário de resíduos (o OGR de destino dos resíduos não corresponde ao mencionado nas GAR, assim como o Alvará de Licença para a realização de Operações de Gestão de Resíduos, descrito nas guias, não corresponde ao utilizado para as operações de armazenamento realizadas nas instalações de São Jorge)), em violação do disposto no artigo 59.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de contraordenação ambiental leve prevista na alínea mm) do n.º 1 do artigo 229º do diploma citado;
2. O preenchimento incorreto ou incompleto dos mapas de registo no SRIR (não inclusão dos nº dos alvarás dos operadores de destino dos resíduos no mapa relativo ao ano de 2017, assim como o Alvará de Licença para a realização de Operações de Gestão de Resíduos em causa), bem como de outra informação prestada junto do referido sistema, de acordo com o estipulado no capítulo V do título II do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de contraordenação ambiental leve prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

3. A não implementação de um plano de controlo de roedores, o que viola o disposto no artigo nº 6 do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2010/A de 17 de novembro, conjugado com a Portaria n.º 32/2015 de 13 de março, retificada pela Declaração n.º 4/2015 de 17 de março, configurando assim a prática de uma contraordenação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 11º do diploma citado;
4. Incumprimento, pelo operador de gestão de resíduos, dos termos e condições constantes do respetivo título, o que viola o disposto no n.º 4 do artigo 91.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de contraordenação ambiental grave prevista na ii) do nº 2 do art.º 229.º do diploma citado, nomeadamente das condições fixadas nas alíneas abaixo transcritas do nº 3 do Alvará de Licença para a realização de Operações de Gestão de Resíduos nº 2/DRA/ 2017:
 - b) “A instalação onde os contentores marítimos serão parqueados deve estar devidamente delimitada e vedada de forma a impedir o acesso não autorizado ao contentor. O contentor deverá igualmente manter-se trancado de forma a impedir o livre acesso ao mesmo”;
 - e) “Devem ser asseguradas áreas específicas e diferenciadas de armazenagem que permitam a clara separação dos resíduos, os quais devem estar devidamente identificados de acordo com o grupo a que pertencem e com os respetivos códigos da LER”;
 - f) “A armazenagem dos resíduos líquidos deve ser efetuada em contentores estanques de parede dupla ou em contentores com bacia de retenção, existindo no local equipamento de contenção de derrames adequado às características Físico-químicas do resíduo”;
 - j) “A natureza e acabamento do pavimento no interior do contentor refrigerado utilizado para a armazenagem dos resíduos deve ser impermeável e de fácil limpeza, com inclinação para caixa estanque com possibilidade de remoção do efluente contaminado”;
 - l) “A cada reposição do contentor marítimo refrigerado deve ser garantida e registada a manutenção das borrachas e drenos do contentor de forma a garantir a conservação da temperatura e estanquidade do mesmo”;
 - m) “Devem ser fixados procedimentos de controlo de resíduos, nomeadamente quanto ao processo de admissão de resíduos, registo do acompanhamento do transporte rodoviário de resíduos e de carregamento do Sistema Regional de Informação sobre Resíduos”;
 - o) “O transporte rodoviário de resíduos cumpre com as regras estabelecidas nos artigos 59.º e 60.º do Decreto Legislativo Regional nº 29/2011/A, de 16 de novembro e é acompanhado por guia devidamente preenchida”;
 - p) “A recolha dos resíduos deve ser efetuada em veículo de caixa fechada, com superfícies internas vidradas para melhor higienização e utilizado exclusivamente para o transporte de resíduos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

hospitales, devendo apresentar boas condições de limpeza e possuir um plano de higienização com ações sujeitas a registo”.

2.2 – Descrição da situação observada

- Relativamente à infração descrita no ponto 1., infração regularizada, informou que passou a utilizar o alvará 2/DRA/2017, após a vistoria efetuada pela entidade licenciadora;
- Relativamente à infração descrita no ponto 2., infração regularizada no mapa de SRIR de 2018 e 2019;
- Relativamente à infração descrita no ponto 3., infração regularizada, foi enviado o plano de controlo de roedores;
- Relativamente às infrações descritas no ponto 4., verificou-se:
 - Descrita da alínea b), condição alterada no alvará;
 - Descrita da alínea e), condição alterada no alvará;
 - Descrita da alínea f), condição alterada no alvará;
 - Descrita da alínea j), condição alterada no alvará;
 - Descrita da alínea l), foi regularizada, passou a fazer o registo das verificações;
 - Descrita da alínea m), foi regularizada, os resíduos hospitalares são recolhidos fechados;
 - Descrita da alínea o), foi regularizada, corrigiu as e-GAR;
 - Descrita da alínea p), foi regularizada, as superfícies internas do veículo são vidradas.

2.3 – Outras informações obtidas

Os contentores refrigerados de armazenamento de resíduos foram deslocalizados, uma vez que o Centro de Saúde das Velas está em obras, sem ter sido comunicado à entidade licenciadora.

3 – Irregularidades e infrações detetadas

Foi verificada a seguinte infração:

-Incumprimento, pelo operador de gestão de resíduos, dos termos e condições constantes do respetivo título, o que viola o disposto no n.º 4 do artigo 91.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de contraordenação ambiental grave prevista na ii) do n.º 2 do art.º 229.º do diploma citado, nomeadamente da condição fixada no ponto 5 do Alvará de Licença para a realização de Operações de Gestão de Resíduos nº 2/DRA/ 2017, “*Caso se verifique a necessidade de mudar o contentor marítimo refrigerado para nova instalação, o operador deverá informar por escrito a Direção*



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Regional do Ambiente com a antecedência mínima de um mês, acompanhada de autorização do detentor da instalação e de parecer positivo da Câmara Municipal do respetivo concelho.”.

4 – Indicações e medidas adotadas

Indicações transmitidas:

Foi indicado à entidade que tinha que informar a Direção Regional do Ambiente (DRA), da necessidade de mudar o contentor marítimo refrigerado para nova localização.

A entidade comunicou por email a 2020-11-20, a alteração da localização dos contentores marítimos através da carta da Azormed, com a referência AZM-12218/2020 à DRA.

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☒ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☐ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☐ Outra: